

Por Alexandre Sammogini

Plano Família da Viva Previdência supera patrimônio de R\$ 24 milhões – O Viva Futuro, plano família da fundação, comemorou a marca de R\$ 24,4 milhões em patrimônio. Criado em 2019, o plano atualmente conta com mais de 2.100 participantes de todo o Brasil.

O plano recebeu novas transferências de recursos, principalmente vindas de transferência de gerenciamento. “A transferência desses recursos ratifica a capacidade técnica da Viva e fortalece a natureza de entidade multi-instituída e multipatrocinada”, afirma Silas Devai Jr., Diretor-Presidente da fundação.

Hoje, a Viva Previdência administra seis planos: Viva Pecúlio, Viva Futuro, Viva Empresarial, Viva Federativo, ANAPARprev e IBAprev.

Fusan tem novo Diretor Administrativo-Financeiro – Luiz Sodré Swensson Neto assumiu a Diretoria Administrativa-Financeira da fundação, no lugar de Dirceu Wichnieski, que se aposentou. Luiz Sodré passou por um processo de seleção e foi aprovado pela presidência da Sanepar e pelo Conselho de Administração da Fusan. A posse na entidade se dará após a aprovação pela Previc.

“Estou muito feliz e empolgado com esse novo desafio. Espero contribuir para que o propósito das fundações em proporcionar bem-estar e segurança às pessoas continue a ser cumprido de forma ética e transparente”, afirma o novo Diretor.

Com 35 anos de serviço na Sanepar, ele desempenhou as funções de Coordenador de Planejamento Financeiro e Analista Financeiro. Nos últimos quatro anos, atuou como Gerente Financeiro. Além disso, fez parte do Conselho Deliberativo da Fusan e do Comitê de Investimentos.

Postalis apresenta melhorias na governança e gestão de investimentos – A Diretoria Executiva da entidade apresentou, aos representantes de associações de participantes e assistidos, as informações sobre o processo de investimentos, governança e gestão de recursos garantidores dos planos de previdência.

Como exemplo das melhorias de governança, o Diretor de Investimentos Carlos Alberto Zachert explicou que, no passado, as alocações até 2% da carteira própria estavam sob alçada única da Diretoria de Investimentos, entre 2% e 5% na alçada da Diretoria Executiva e apenas os valores superiores a 5% passavam pela aprovação do Conselho Deliberativo. No modelo atual, alocações até 2% são submetidas a toda a Diretoria Executiva e, acima deste valor, passam obrigatoriamente pela avaliação do Conselho Deliberativo.

A segregação de funções é outro avanço significativo, uma vez que as áreas responsáveis diretamente pelos investimentos e as encarregadas pelo controle agora respondem a diferentes instâncias. “Hoje quem aprova ou não um investimento não é a figura de um Diretor ou Conselheiro, mas o próprio processo, o que traz mais segurança”, afirmou o Diretor de Gestão Previdencial, Walison de Melo Costa.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 03.10.2023.